

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 2003

(Apensados: PLPs nºs 107/2003, 269/2013, 294/ 2013 e 65/2015)

Altera a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo novas regras nos casos de renúncia ao exercício da titularidade de Poder ou Órgão.

Autor: Deputado LUIZ SÉRGIO

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

I – RELATÓRIO

O projeto de lei complementar em exame visa a alterar a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vedando ao titular de poder ou órgão, nos oito últimos meses não apenas do seu mandato, mas agora também anteriores à sua renúncia voluntária, a contração de obrigação ou despesas que não possam ser integralmente cumpridas dentro do período de mandato ou que tenham parcelas a serem pagas em período seguinte à renúncia, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para tal fim.

Na justificativa, o autor lembra que, com muita razão, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu regras rígidas para os titulares de Poder ou Órgão, nas três esferas de Governo, a serem observadas no encerramento dos respectivos mandatos, a fim de preservar os entes públicos de mazelas, comuns no passado recente, derivadas da gestão temerária dos recursos públicos quando da transição no exercício dos mandatos.

Enxerga, no entanto, uma lacuna legal que dá origem a abusos, sobretudo entre membros do Poder Executivo, que renunciam a mandatos para concorrerem a outros cargos eletivos, transferindo a seus sucessores compromissos de natureza financeira, de curto e médio prazos, não compatíveis ou mesmo inconsistentes com a disponibilidade efetiva de recursos financeiros, criando assim situações de difícil contorno para seus sucessores.

A alteração proposta sujeita, pois, o titular de poder ou órgão que renuncie ao seu mandato, às mesmas responsabilidades fiscais daqueles em finais de mandato, às penalidades e punições de que trata o art. 73 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Examinando a proposição, a Comissão de Finanças e Tributação, acompanhando o voto do relator, Deputado João Correia, opinou, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, rejeitou o PLP nº 10, de 2000.

À proposição principal foram apensados quatro projetos, que tratam de matéria análoga e conexa, a saber:

a) **Projeto de Lei Complementar nº 107, de 2003**, de autoria do Deputado Nelson Marquezelli, que acrescenta parágrafo aos arts. 42 e 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais parágrafos excepcionam “as despesas autorizadas pela lei orçamentária em vigor, as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, de convênios, de ajuste, de acordo ou congêneres em andamento e as destinadas ao pagamento do serviço da dívida” das despesas vedadas pelo art. 42, e afirmam que serão também consideradas nas disponibilidades de caixa dos entes da Federação as receitas tributárias pertencentes ao exercício financeiro, ainda que não inscritas em Dívida Ativa.

b) **Projeto de Lei Complementar nº 269, de 2013**, de autoria do Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, que altera o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal prescrevendo que na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício financeiro.

c) **Projeto de Lei Complementar nº 294, de 2013**, de autoria do Deputado Francisco Praciano, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o cancelamento de empenhos.

d) **Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2015**, de autoria do Deputado Carlos Henrique Gaguim, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000, a fim de obrigar os chefes dos Poderes Executivo Federal, Estaduais e Municipais a deixarem saldo de caixa a fim de garantir o pagamento das despesas com pessoal no início do próximo mandato.

Cumpre assinalar que as proposições apensadas não foram apreciadas, quanto ao seu mérito, pela Comissão de Finanças e Tributação.

A matéria, sujeita à apreciação do Plenário, nos termos do art. 24, II, a do Regimento Interno, foi encaminhada a esta Comissão para que se manifeste sobre a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Quanto à constitucionalidade formal, nada há a obstar ao prosseguimento dos projetos de lei em exame – principal e apensados –, de vez que atendem a todos os pressupostos constitucionais de processabilidade legislativa.

No tocante à constitucionalidade material e juridicidade, também não vislumbramos qualquer agressão a princípio ou regra constitucional.

Relativamente à técnica legislativa, não me parece que a matéria mereça qualquer reparo, pois se encontram obedecidos os preceitos da Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nºs. 10, de 2003, principal; e dos Projetos de Lei Complementar nºs. 107, de 2003; 269, de 2013; 294, de 2013; e 65, de 2015, apensados.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado PAULO MAGALHÃES

Relator